

APRESENTAÇÃO

Os artigos e resumos expandidos publicados na revista *Includere* tratam sobre experiências e situações de aprendizagem de profissionais da educação e da saúde, com diferentes graus de titulação, apresentados nos grupos de discussão (GD) que ocorreram por ocasião do II Seminário de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social na UFERSA. Estes trabalhos foram recebidos e avaliados de acordo com os eixos que orientaram o SEADIS: educação inclusiva e saúde, acessibilidade e tecnologias, diversidade e educação étnico-racial e indígena, gênero e sexualidade. Os grupos de discussão assumiram formatos diferentes, cada um de acordo com seus temas, estimulando a exposição e o debate aberto no interior dos GD's. A avaliação geral do evento registrou ao seu final o sentimento de fórum acadêmico que predominou ao longo de palestras, minicursos e grupos de discussão, e que agora pode ser reencontrado pela publicação desta edição especial.

Os diferentes eixos fixaram em linhas gerais o aprofundamento do conceito de Inclusão e sua tradução no contexto escolar. A Educação Inclusiva ao representar uma nova forma de pensar as necessidades e as dificuldades educacionais especiais, encontrou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.304/96) e na Declaração de Salamanca (1994), fundamentação legal para a organização do ensino nas escolas regulares, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tratou-se insistentemente o trabalho pedagógico enquanto inclusão de mudanças que atendam às especificidades de cada educando; com ou sem deficiência. As experiências relatadas no II SEADIS trouxeram a imagem de professores que se sentem despreparados para reorganizar o trabalho pedagógico e garantir o direito de aprender de todos. A falta de formação e estrutura em equipamentos e profissionais multidisciplinares foram os motivos apontados em primeiro plano.

Em paralelo ao reconhecimento das carências de primeira ordem, relataram soluções e propuseram elementos capazes de inaugurar uma cultura do acolhimento e da diversidade. Garantir a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) enquanto linguagem própria da comunidade surda e instituir o conhecimento de seus fundamentos, a adequação de espaços físicos para deficientes físicos, adaptação de conteúdos para deficientes intelectuais, ensino do braile para deficientes visuais, curso de leitor para a comunidade escolar, e outras alternativas didáticas e pedagógicas que respondam às necessidades especiais existentes na escola.

A leitura dos diferentes artigos destaca que as escolas que se atualizam na perspectiva da inclusão aprimoram a docência e fortalecem a cultura da diversidade. Trazem a vantagem de preparar educadores para a flexibilidade pedagógica que atende a diferentes ritmos de aprendizagem na comunidade escolar. Em alguns artigos também veremos que o AEE é realizado em dois espaços distintos: nas escolas de classe comum e nas instituições especiais. Nestas salas o fazer pedagógico é novo, e deve facilitar a construção do conhecimento pelo aluno, permitindo que desenvolvam o currículo e participem ativamente da vida escolar.

Há duas configurações que organizam o AEE nas salas de recursos multifuncionais (SRMs): uma equipada com recursos materiais que atendem de forma geral a maior

parte das necessidades especiais e outra equipada com recursos materiais específicos à certa deficiência. Na maior parte das escolas do Rio Grande do Norte existem as SRMs de primeiro tipo, funcionando em contra turno. A escola e os professores que recebem nas salas de aula regulares alunos com deficiência deparam-se com desafios educacionais diferentes daqueles que habitualmente formam o repertório de situações escolares cotidianos; insegurança quanto à forma de lidar com o aluno deficiente, medo de não garantir a aprendizagem que se espera, desconhecimento das especificidades cognitivas, biológicas, comportamentais do aluno incluído influem no trabalho pedagógico do professor, reforçando negativamente a acolhida e a interação do aluno com necessidades educacionais especiais (ROTH, 2006).

Os autores concordam que há barreiras pedagógicas no cotidiano da escola quando não se favorecem a aprendizagem e a interação dos diferentes alunos e barreiras atitudinais quando as relações sociais discriminam e segregam (MIRANDA, 2008). Assim, esperamos que a leitura dos artigos e resumos expandidos coletados nesta edição especial, possam representar para o leitor a realidade e a complexidade que vivenciam escolas públicas do estado do Rio Grande do Norte, além das experiências e reflexões de superação relatadas por seus autores profissionais da educação e da saúde. E que a leitura de conjunto tão diverso de realidades pedagógicas e escolares não nos leva a acreditar que a garantia da matrícula dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, define a proposta da inclusão.

Mais que as políticas públicas que deram visibilidade às necessidades educacionais de pessoas com deficiência, asseguradas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) e pela Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2007) fomentem além da garantia legal, uma cultura do reconhecimento das diferenças no interior das escolas.

Mossoró 20 março 2015.

Luciana Mafra

Editora-chefe Revista Includere